

# A crise que fortalece o Brasil

RUBEM MEDINA\*

Ninguém se arrisca a garantir que a crise asiática vai acabar cedo ou tarde. O que se sabe é que o ocidente hoje depende da Ásia para continuar se informatizando a baixo custo.

Os países asiáticos se transformaram nas últimas décadas, investiram em educação e atraíram investimentos em alta tecnologia, sendo a região hoje exploradora de componentes de computadores. Se a Ásia parar, o ocidente desacelera seu processo de modernização e, especialmente, os Estados Unidos perdem receita de exportação de tecnologia – pois seus produtos têm forte presença de componentes asiáticos.

Além disso, se a crise atingir o Japão mais fortemente é certo que este país precisará levar de volta parte dos recursos que tem hoje investidos em títulos do Tesouro dos EUA.

É possível que a crise asiática tenha tido duas origens principais: um erro de cálculo de alguns países, que superestimaram seus fluxos de caixa e outro erro de cálculo dos investidores/especuladores ocidentais, que sempre ganharam muito dinheiro com a valorização das ações na Ásia e que, por desejarem ganhar mais ainda, mataram a galinha dos ovos de ouro.

Essas considerações são importantes para que possamos situar o Brasil no contexto das incertezas que pairam no mercado financeiro internacional. A Ásia não é descartável e a crise está resolvida de alguma

forma, no interesse de todo o planeta. O problema brasileiro consiste em seguir um caminho prudente, reduzindo sua exposição aos riscos da especulação e aproveitando o momento para realizar transformações que abram caminho à prosperidade e justiça social. Ou seja, nesta hora em que o mundo tem um encontro com a verdade, o Brasil precisa repensar seus equívocos.

É preciso eliminar privilégios corporativistas alojados nos usos, costumes e na legislação – não pelo fato de querer prejudicar esses felizardos, mas sim porque quem paga a conta, direta ou indiretamente, é toda a Nação. Nesta hora da verdade, não basta formular posições, mas sim resolver efetivamente os problemas. Por exemplo: a expressão “marajás do serviço público” foi criada há alguns anos, mas eles continuam aí – até que, agora, o Congresso Nacional está tomando a decisão concreta de eliminá-los, ao fixar um teto para todas as remunerações.

É preciso também desamararr nós que impedem a economia de crescer. Por exemplo, o corporativismo impediu, até agora, que os portos brasileiros se tornassem competitivos em custo e eficiência – e esta circunstância reduz a competitividade de nossas exportações. Muitas prefeituras se acham infladas com folhas de pagamento superiores à sua capacidade de pagar, porque os prefeitos anteriores abusaram do direito de empregar cabos eleitorais. A previdência social é estruturalmente deficitária e a conta recai sobre os

cofres da Nação.

Os atuais deputados e senadores estão resgatando muitas décadas de indiferença para com esses absurdos da vida nacional. O momento mundial de encontro com a verdade propicia um clima de reflexão e encoraja as decisões.

O Brasil não precisa viver sob o medo do futuro. Nossa potencialidade permitirá vencer a turbulência. Mas é preciso, neste momento, rever as prioridades nacionais e investir mais fortemente na educação, na infra-estrutura e no fortalecimento das pequenas empresas. E na modernização dos mecanismos institucionais que regem nossa vida coletiva – entre eles o que se refere ao trabalho. Tais mecanismos foram instituídos no tempo em que as condições de trabalho eram diferentes e, em consequência, diferentes também as relações de trabalho. Tudo mudou, menos a legislação. A rigidez das leis atuais neste campo amedronta os projetos de expansão das empresas, especialmente as pequenas, e, por isso, dificulta a criação de novos empregos. É por aí o caminho do futuro.

Neste momento não se pode esquecer as prioridades sociais. É por isso que o PFL se manifesta a favor do aumento do salário mínimo, pelo menos até o valor de duas vezes o que prevalecia quando este governo tomou posse.

\* Deputado federal e presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados